INVESTIR NO BRASIL REGRAS PARA INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO PAÍS

INVESTING IN BRAZIL RULES FOR FOREIGN INVESTMENT IN THE COUNTRY

INVERTIR EN BRASIL REGRAS PARA LAS INVERSIONES EXTRANJERAS EN EL
PAÍS

Luis Alexandre Carta Winter

Doutor em Direito pelo Prolam, USP. Professor Titular da PUCPR e do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da PUCPR. luisalexandrecartawinter@yahoo.com

Michele Alessandra Hastreiter

Advogada e Administradora Internacional de Negócios. Mestranda em Direito Econômico (PUCPR). Especialista em Direito, Logística e Negócios Internacionais. Professora de Integração Regional na UNICURITIBA.

RESUMO

Em tempos de grandes eventos em nosso país, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas que serão realizados em 2014 e 2016 respectivamente, torna-se importante a existência de regras e procedimentos claros em questão de investimentos.

Palavras-chave: Investimentos internacionais. Grandes eventos esportivos. Direito econômico.

ABSTRACT

In times of great events in our country, such as the World Cup and the Olympics that will be held in 2014 and 2016 respectively, it becomes important the existence of clear rules and procedures in relation to investments.

Key words: International investments. Major sports events. Economic law.

RESUMEN

En tiempos de grandes eventos en nuestro país, como el Mundial de Fútbol y los Juegos Olímpicos que se llevarán a cabo en 2014 y 2016 respectivamente, se hace importante la existencia de normas y procedimientos claros respecto a las inversiones.

Palabras-clave: Inversiones internacionales. Grandes eventos deportivos. Derecho económico.

INTRODUÇÃO

Os investimentos estrangeiros diretos – se aplicados corretamente – podem constituir-se em importantes ferramentas para o desenvolvimento dos países. Por outro lado, a presença do capital estrangeiro levanta preocupações nos governos nacionais quanto aos possíveis efeitos nocivos dos investimentos à concorrência – em especial em relação à indústria nacional - e a uma possível redução da arrecadação fiscal e dos direitos trabalhistas decorrentes de pressões externas. Por isso, alguns governos de países em desenvolvimento têm sido reticentes na regulamentação dos investimentos externos, uma vez que regulamentar a questão exige sopesar os benefícios e possíveis riscos do ingresso do capital internacional ao país.

Diante disso, é imprescindível que um empreendedor interessado em fazer aportes de capital e estabelecer empresas em um território diverso ao de sua origem obtenha o máximo de informações possíveis acerca do arcabouço normativo do país no qual pretende investir. Estas informações são essenciais para maximizar a racionalidade no processo decisório do investimento, pois permitem antever possíveis custos transacionais que podem derivar das instituições jurídicas do país receptor.

É com o propósito de introduzir conceitos jurídicos básicos ao investidor estrangeiro, interessado em empreender no Brasil, que o presente artigo procura traçar um panorama normativo geral acerca das questões relativas ao ingresso e tratamento do capital e do investidor estrangeiro enquanto indivíduo. O trabalho não pretende esgotar todas as informações jurídicas necessárias à instalação de uma empresa no país, pois, para tanto, seria necessária a análise de diversos fatores, inclusive específicos do setor da atividade que se pretende desempenhar. Espera-se, porém, contribuir com importantes noções iniciais a quem tem o interesse de desenvolver uma atividade produtiva no Brasil.

PANORAMA GERAL

A abertura das economias mundiais aos investimentos externos é uma realidade em ascensão, uma vez que diversos países ao redor do mundo buscam atrair estes investimentos que – se aplicados e gerenciados de forma correta – podem ser importantes ferramentas propulsoras do desenvolvimento.

Em um contexto de crise nas economias desenvolvidas, em especial após 2009, os países em desenvolvimento têm aumentado gradativamente seu papel no cenário mundial de investimentos estrangeiros, tanto na condição de receptores dos investimentos, quanto como investidores. Em 2010, pela primeira vez, as economias absorveram mais da metade do fluxo mundial de investimentos (UNCTAD, 2011). Os investidores provenientes de países em desenvolvimento também aumentaram significativamente no período e passaram a ser responsáveis por quase um terço dos fluxos internacionais de investimento. Este crescimento contrasta com a redução de investimentos provenientes de economias desenvolvidas. Na Europa, por exemplo, as remessas de capital ao exterior foram reduzidas, em 2010, à metade dos valores de 2007 (UNCTAD, 2011). Em 2011, o investimento estrangeiro cresceu em 16% se comparado a 2010, mas ainda não foi suficiente para superar o pico de investimentos anterior à crise, ocorrido em 2007 (UNCTAD, 2012).

Nesse contexto, o Brasil tem adquirido grande relevância no cenário dos investimentos estrangeiros. No ranking da UNCTAD, das 20 maiores economias receptoras de investimentos externos, o Brasil passou da 15ª posição, em 2009, para a 5ª posição em 2010, tendo recebido 48 bilhões de dólares no período, ficando atrás apenas de Estados Unidos, China, Hong Kong e Bélgica no ranking das economias que mais atraem investimentos no mundo. O crescimento nos índices de investimento estrangeiro continuou ao longo de 2011. A América Latina e Caribe receberam 153,448 bilhões de dólares em investimento estrangeiro direto (IED), o que representa um aumento de 31% em relação a 2010. A maior parte desse incremento ocorreu no Brasil, onde o IED alcançou 66,660 bilhões de dólares, quase a metade do total regional (CEPAL, 2012, p. 5).

Certamente, as oportunidades de mercado favorecem o incremento no número de investimentos recebidos pelo Brasil. As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, a descoberta do pré-sal, o aumento da classe média e as oportunidades que advieram da realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016 contribuíram para colocar o país em uma posição central na rota dos investimentos. Os megaeventos esportivos mundiais são elementos catalisadores de oportunidades para empresas e investidores, uma vez que influenciam diretamente o desempenho econômico, político e social de um país. O legado desses eventos transcende o campo meramente esportivo, já que têm a qualidade de conduzir a realização de programas e projetos que levariam décadas para ser concebidos e concluídos, tendo em vista as exigências feitas por parte dos organizadores e o aumento na demanda local e estrangeira. A realização de tais eventos também tem o condão de promover uma maior colaboração entre o setor público e a iniciativa privada, o que gera maior eficiência e resultados (IBRI e DELOITTE, 2012). Setores como a construção civil, hotelaria, transporte aéreo e infraestrutura aeroportuária constituem boas oportunidades para investimentos privados no país. Os investidores que desejam aproveitar estas oportunidades deverão estar atentos às regras nacionais para o recebimento desse capital.

REGRAS DE INVESTIMENTO

Investir é a aplicar recursos com expectativa de lucro (FONSECA, 2008). Esta aplicação de recursos pode ocorrer sob a forma de empreendimentos que renderão juros ou lucros, pela compra de equipamentos para a instalação de unidades produtivas ou pela compra de títulos financeiros. O investimento será estrangeiro quando realizado por indivíduos (pessoas físicas ou jurídicas) provenientes de outro país.

Até hoje, o Brasil não ratificou nenhum acordo regional ou bilateral relativo a investimentos estrangeiros. Tampouco existe acordo multilateral para regulamentar a

questão. Sendo assim, para verificar o tratamento jurídico concedido aos investidores estrangeiros, é imprescindível a análise do direito interno.

O investidor estrangeiro que deseja empreender no país deverá atentar-se para a regulação específica do setor econômico de sua atividade, bem como para a legislação trabalhista, consumerista, tributária, ambiental e societária do país. Não se trata de tarefa simples. O Banco Mundial publica anualmente um levantamento, intitulado *Doing Business*, que busca ordenar as economias cujas regulações facilitam a celebração de negócios e a formação de novas empresas. O estudo parte da premissa de que a atividade econômica requer regras claras, que aumentem a previsibilidade das interações econômicas e que sejam eficientes, acessíveis a todos, além de simples em sua implementação. Na edição compilada com os dados de 2012, no ranking dos países em que há maior facilidade para se fazer negócios, o Brasil ocupa a 130ª colocação, de um total de 185 países analisados (THE WORLD BANK, 2012). A complexidade burocrática e regulatória é um dos motivos pelos quais o Brasil ocupa esta posição.

O CAPITAL ESTRANGEIRO

A Lei n.º 4.131/62 é o instrumento normativo que regula o capital estrangeiro no Brasil. Em seu artigo 1º, o referido diploma legal conceitua esta modalidade de investimentos como

[...] os bens, máquinas e equipamentos, entrados no Brasil sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços, bem como os recursos financeiros ou monetários introduzidos no país, para aplicação em atividades econômicas desde que, em ambas as hipóteses pertençam a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior. (BRASIL, 1962)

É importante ressaltar que, para a caracterização do investimento estrangeiro, não se exige que o capital internacional seja proveniente de uma pessoa física ou jurídica estrangeira,

pois o critério determinante para a identificação do investimento como estrangeiro é a procedência do capital, e não de sua fonte (SANTOS, 2007).

Também é de grande relevância conceitual a distinção entre o investimento estrangeiro direto do investimento em *portfolio* ou em carteira. O investimento estrangeiro direto é uma das principais fontes de financiamento externo dos países em desenvolvimento e ocorre quando os residentes de um determinado país – pessoas físicas ou jurídicas - adquirem controle sobre uma sociedade em outro país e passam a determinar sua atividade. Esta modalidade de investimento pode ocorrer por meio da compra de ações, pela detenção de ativos da sociedade ou pela construção de um novo empreendimento. O investimento de *portfolio*, por sua vez, ocorre quando se adquire apenas uma pequena parcela das ações, sem controle acionário. Esta modalidade de investimento pode ter caráter especulativo, já que o aporte não necessariamente acarreta no desenvolvimento de atividade produtiva (FONSECA, 2008).

Nesse sentido, no investimento estrangeiro direto, há um controle gerencial da empresa por parte do investidor estrangeiro, o qual tem poder de decisão capaz de nortear os destinos da empresa conforme seus interesses, ao contrário do investimento de *portfolio*, que se restringe a uma mera aplicação de recursos financeiros.

Todo capital estrangeiro ingressante no país deve ser registrado. Os investimentos estrangeiros diretos devem ser registrados no sistema do Banco Central (SISBACEN), por meio do “Registro Declaratório Eletrônico de Investimento Externo Direto”. O registro é declaratório, não está sujeito à análise prévia do Banco Central e é de responsabilidade do próprio investidor ou seu representante, ou da empresa receptora do investimento. O registro é essencial para a remessa de lucros ao exterior, repatriamento e reinvestimentos dos lucros obtidos no investimento.

Investimentos em mercado de capitais, por sua vez, podem ser realizados por investidores não residentes em fundos de renda fixa e variável. É necessária, porém, a constituição de representante no Brasil, que deverá registrar as operações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

REMESSAS E REINVESTIMENTOS DE LUCROS E REPATRIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Ao tratar de investimentos estrangeiros, a Constituição da República de 1988 mencionou explicitamente o tema das remessas de lucros e reinvestimentos. A abordagem do Artigo 172 da Constituição Federal prevê expressamente a necessidade de regulamentação do tema com base no interesse nacional. “A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.” (BRASIL, 1988).

Nota-se que a opção do legislador constituinte foi de privilegiar os reinvestimentos, compreendidos como “os rendimentos auferidos por empresas estabelecidas no País e atribuídos a residentes e domiciliados no exterior, e que forem reaplicados nas mesmas empresas de que procedem ou em outro setor da economia nacional”, nos termos do artigo 7º da Lei 4.131/1962 (BRASIL, 1962). Não obstante, atualmente, se estiver registrada, não há restrição à remessa dos lucros, salvo existência de grave desequilíbrio no balanço de pagamento. Há tributação apenas na hipótese do lucro ter sido gerado antes de 1996, época em que vigorava um tratamento jurídico distinto (artigo 10 da Lei 9.249/95 e artigo 14 INSRF 252/2002).

As remessas de lucros devem ser devidamente registradas no Banco Central, assim como os lucros reinvestidos, que são registrados como capital estrangeiro da mesma maneira como é feito com o investimento inicial.

O repatriamento poderá ocorrer sem qualquer autorização; porém, haverá tributação de imposto de renda quando constatado ganho de capital.

RESTRICÇÕES DE INVESTIMENTOS DE ESTRANGEIROS E DIFERENCIAÇÃO ENTRE EMPRESAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

A soberania nacional é um dos princípios basilares da ordem econômica, estabelecido pelo artigo 170 da Constituição Federal. Devido ao princípio da soberania, fica reconhecido o

direito do Estado receptor de regulamentar o investimento estrangeiro, impondo-lhe os limites e definindo as políticas necessárias para atingir seus objetivos (SILVEIRA, 2002).

Muito embora a Constituição Federal preveja o princípio da igualdade, preconizado em seu artigo 5º, a interpretação deste dispositivo deve sempre observar a máxima de que a igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Nesse sentido, o artigo 170 da Constituição autoriza a diferenciação entre empresas nacionais e estrangeiras quando afirma pressupor a busca pelo desenvolvimento nacional na adoção das políticas econômicas.

Não obstante, em sua redação original, a própria Constituição Federal fazia esta diferenciação. O artigo 171 da Carta Magna estabelecia a diferença entre empresas nacionais e estrangeiras, facultando ao poder público a concessão de proteção e benefícios à empresa nacional, além de tratamentos preferenciais em licitações. Porém, esse artigo, seus parágrafos e incisos foram integralmente revogados pela Emenda Constitucional 6/1995. Entretanto, ao contrário do que poderia se concluir em uma primeira análise, a revogação do artigo não implica na impossibilidade de adoção dos critérios de distinção entre as empresas nacionais e estrangeiras em uma legislação infraconstitucional. Tais diferenciações continuam acontecendo, como se pode verificar na Lei de Licitações (Lei nº8.666/1992), cujo parágrafo 5º do artigo 3º prevê a possibilidade do procedimento licitatório conceder margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais¹.

A revogação do artigo 171 da Constituição, portanto, não proíbe a diferenciação entre empresas nacionais e estrangeiras, mas apenas afastou esta distinção de eventuais vedações constitucionais (COSTA, 2010). Apesar da revogação, não é vedado à lei ordinária efetuar distinções entre a empresa nacional e a controlada por estrangeiros (SILVEIRA, 2002). Tal afirmação é, inclusive, corroborada pela Exposição de Motivos nº37/95, que acompanhou a proposta da Emenda Constitucional. Segundo o referido documento, as alterações propostas

¹ A Lei nº12.349/10 introduziu o parágrafo 10º no mesmo artigo, com a previsão de que esta margem de preferência poderá ser estendida, total ou parcialmente, aos bens e serviços cuja origem seja de um dos Estados Parte do Mercosul.

não impedem que a legislação ordinária confira incentivos e benefícios em setores estratégicos, inexistindo qualquer vedação constitucional nesse sentido.

Com isto, tem-se que a revogação do artigo 171 da Constituição da República desconstitucionalizou o conceito de empresa nacional, mas não impediu a proposição de novos conceitos pela legislação infraconstitucional. Além disso, permitiu que a legislação ordinária passasse a estabelecer diferenças entre as empresas sem estarem balizadas pelos parâmetros da Constituição.

Não obstante esta autorização ao legislador infraconstitucional para estabelecer distinções, a partir de 1995, foram diversas as Emendas Constitucionais que visaram o estímulo ao ingresso de investimentos estrangeiros no país. Além da supracitada Emenda nº6, a Emenda nº 5, extinguiu o monopólio do Estado para exploração do gás, a Emenda nº 7, extinguiu o monopólio das embarcações nacionais na navegação de cabotagem, a Emenda nº 8 extinguiu o controle estatal sobre os serviços de telecomunicações e a Emenda nº9, sobre a exploração de petróleo.

Permanecem, porém, algumas restrições. É vedada a participação de capital estrangeiro nas atividades de energia nuclear (art. 21, XXIII, CF) (BRASIL, 1988), serviços de correios e telégrafos (art. 21, X, CF) (BRASIL, 1988), saúde pública (art. 199, § 3º, CF) (BRASIL, 1988), e correlatas ao sistema de defesa nacional (Lei 12.598/2012) (BRASIL, 2012). Além disto, são sujeitas à restrições: a) a aquisição de imóvel rural por estrangeiro (Lei nº 5.709/1971) (BRASIL, 1971); b) a participação do capital estrangeiro em instituições financeiras (art. 192, CF) (BRASIL, 1988) ; c) a exploração de serviços aéreos públicos para transporte regular (Lei nº 7.565, de 1986) (BRASIL, 1986); d) a aplicação de capital estrangeiro em empresas de comunicação (art. 222, CF) (BRASIL, 1988) e e) a aplicação de capital externo em setores de mineração (art. 176, § 1º, CF) (BRASIL, 1988).

VISTO PARA O INVESTIDOR E PARA DIRETORES ESTRANGEIROS

Além das regras concernentes à admissão de seu capital, o investidor estrangeiro também precisa preocupar-se com a regularidade de sua própria admissão e estadia no Brasil. O artigo 99 do Estatuto do Estrangeiro determina que o estrangeiro que vier ao país para exercer função de administrador, gerente, diretor ou executivo de empresa brasileira, ou ainda, para constituir empresa, praticando atos de gestão, deverá solicitar visto permanente (BRASIL,1980). O procedimento para solicitação dos vistos varia conforme a resolução normativa do Ministério do Trabalho e do Emprego aplicável a cada caso.

VISTO PARA INVESTIDORES ESTRANGEIROS – RESOLUÇÃO NORMATIVA 84/2009

O investidor estrangeiro deverá observar o disposto na Resolução Normativa 84/2009 (BRASIL, 2009b) para a obtenção desta modalidade de visto, que se destina aos estrangeiros que desejam instalar-se no Brasil para investir recursos próprios, de origem externa, em atividades produtivas. Para a obtenção do visto, é necessária comprovação de investimento mínimo de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). O valor é comprovado por meio do sistema eletrônico do Banco Central.

Na petição de solicitação do visto, além desta comprovação, deverão constar os documentos societários da empresa beneficiada pelo investimento, com o capital já devidamente integralizado e um plano de investimento com um breve descritivo das atividades que serão desenvolvidas pelo empresário. Esse plano de investimento será analisado considerando o interesse social na atividade, seu potencial como geradora de emprego e renda e sua possibilidade de gerar aumento de produtividade, assimilação de tecnologia e captação de recursos em setores específicos.

Caso o importe do investimento seja inferior a R\$ 150.000,00, o visto poderá ser concedido se o plano do negócio demonstrar a existência de interesse social na atividade. Neste caso, o

Conselho Nacional de Imigração está autorizado a privilegiar, em especial, os investidores sul-americanos.

VISTO PARA DIRETOR ESTRANGEIRO – RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 95/2011

Se eventualmente a empresa desejar nomear um administrador não sócio de origem estrangeira, o procedimento para a concessão do visto para este administrador deverá observar o contido na Resolução Normativa n° 95/2011 (BRASIL, 2011). É preciso que o estrangeiro possua cargo estatutário, tendo sido eleito e cuja Ata de Eleição de Diretoria seja devidamente registrada pela Junta Comercial. A Ata deve expressar que a posse está condicionada a obtenção do visto permanente.

Para que o estrangeiro possa exercer tal função, é preciso que sua empresa cumpra determinados requisitos. A empresa que solicita o estrangeiro como diretor deve ter um investimento mínimo de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) por estrangeiro registrado no Banco Central do Brasil. O investimento mínimo pode ser reduzido para R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), se a empresa se comprometer a gerar 10 empregos diretos no prazo de dois anos.

Embora permanente, é preciso comprovar que o estrangeiro continua exercendo a função de diretoria por meio de atas que devem ser apresentadas ao Ministério do Trabalho. O visto tem validade inicial de cinco anos, durante o qual a autorização de trabalho é válida apenas para o cargo e empresa solicitados.

OUTROS TIPOS DE VISTOS

Caso o investidor entenda ser necessária a contratação de profissionais estrangeiros para trabalhar em seu empreendimento no Brasil, deverá observar os requisitos exigidos para a obtenção do visto temporário de trabalho, previsto no artigo 13, item V do Estatuto do

Estrangeiro, da Lei nº 6.815/1980 (BRASIL, 1980). Para tanto, deverá verificar a Resolução Normativa do Ministério do Trabalho e do Emprego que melhor se aplica a situação.

Atualmente, o Ministério do Trabalho e do Emprego possui as seguintes resoluções para a admissão de estrangeiros para trabalhar no Brasil:

Resolução	Tipo de trabalho autorizado
Resolução Normativa nº 99/2012	Vínculo empregatício com empresa no Brasil.
Resolução Normativa nº 98/2012	Preparação, organização, planejamento e execução da Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014), Jogos Olímpicos e Paraolímpicos(2016).
Resolução Normativa nº 94/2011	Programa de intercâmbio profissional
Resolução Normativa nº 87/2010	Treinamento profissional em subsidiária, filial ou matriz da empresa em que trabalha no exterior
Resolução Normativa nº 83/2008	Trabalho a bordo de embarcação de turismo estrangeira que venha ao Brasil em viagem de longo curso
Resolução Normativa nº 81/2008	Tripulante de embarcação de pesca estrangeira arrendada por empresa brasileira
Resolução Normativa nº 79/2008	Trabalho em Grupo Econômico de matriz brasileira, com vistas à capacitação e assimilação da cultura empresarial e na metodologia de gestão da empresa
Resolução Normativa nº 76/2007	Atleta profissional
Resolução Normativa nº 72/2006	Trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira
Resolução Normativa nº 71/2006	Trabalho em embarcação de turismo estrangeira que opere em águas jurisdicionais brasileiras
Resolução Normativa nº 69/2006	Artistas ou desportistas sem vínculo empregatício
Resolução Normativa nº 63/2005	Representação de instituição financeira com sede no exterior
Resolução Normativa nº 61/2004	Contrato de transferência de tecnologia e/ou prestação de serviço de assistência técnica
Resolução Normativa nº 01/1997	Professor, pesquisador de alto nível ou cientista.

Fonte: http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/resolucoes-normativas.htm.

VISTOS PREFERENCIAIS PARA NACIONAIS DOS ESTADOS-PARTE DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE

Em outubro de 2009, o Brasil ratificou, por meio do Decreto nº 6.975/2009 (BRASIL, 2009a), o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

Revista Ius Gentium - jan./jun 2014

O acordo é um importante passo no processo de integração do bloco regional, pois, apesar de não instituir a livre circulação de pessoas, que é um dos seus objetivos constantes no Tratado fundador, simplifica o processo de obtenção do visto.

Segundo o acordo, os nacionais de um Estado Parte que desejem residir no território de outro Estado Parte poderão obter residência legal neste último, mediante a comprovação de sua nacionalidade e da ausência de antecedentes criminais. O estrangeiro passa a ter, então, direito a entrar, sair, circular e permanecer livremente no território do país de recepção, salvo restrições excepcionais impostas por razões de ordem pública e segurança pública. Têm ainda, o direito de exercer qualquer atividade, tanto por conta própria, como por conta de terceiros, nas mesmas condições que os nacionais do país de recepção e de acordo com as normas legais de cada país.

Esta modalidade de visto é temporária, podendo ser convertida em permanente após dois anos, desde que o estrangeiro comprove ter meios lícitos para garantir sua subsistência. A modalidade de visto temporária, em tese, não seria adequada para o exercício de atividade empresarial, pois esta requer um visto permanente. No entanto, a Instrução Normativa nº 111, de 1º de fevereiro de 2010 determinou expressamente que os portadores deste visto especial poderão exercer a atividade empresarial na condição de empresários, titulares, sócios ou administradores de sociedades ou cooperativas brasileiras, podendo esses atos serem devidamente arquivados nos órgãos de registro dos empresários ou empresas mercantis (Juntas Comerciais).

Tal permissão é compatível com o acordo para a facilitação de atividades empresariais no Mercosul, aprovado pela Decisão CMC 32/04 (BRASIL, 2008), emanada da XXVII Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004, que determina que os Estados Partes devem comprometer-se a facilitar o estabelecimento e livre-exercício de atividades empresariais por parte de empresários de outros estados membros.

TIPOS SOCIETÁRIOS E FORMA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE

Existem diversas formas pelas quais um investimento estrangeiro direto pode se estabelecer no Brasil. Seja por meio de fusões ou aquisições, do estabelecimento de uma filial, sucursal, agência ou estabelecimento de empresa estrangeira ou seja por meio da instalação de uma nova sociedade desde o princípio, diversas são as regras a serem observadas pelos empresários para a constituição da empresa, antes mesmo de iniciarem suas atividades produtivas. A seguir, elencaremos algumas destas formas.

FUSÕES E AQUISIÇÕES

Os processos de fusão e aquisição têm sido uma importante forma encontrada pelas empresas para ingressar em novos mercados e internacionalizarem-se. Por isto, as fusões e aquisições configuram-se como importantes formas de ingresso de investimento estrangeiro direto. (CAMARGOS e BARBOSA, 2005)

As fusões e aquisições encontram-se previstas pela Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/1976 (BRASIL, 1976), e possuem algumas diferenças básicas. Em uma fusão, há a criação de uma nova empresa, ao passo que, na aquisição, uma delas mantém a sua identidade jurídica. Na fusão, a forma de pagamento utilizada é, geralmente, uma permuta de ações, enquanto na aquisição, o pagamento pode ser em dinheiro ou títulos. Na fusão, as empresas geralmente pertencem a um mesmo setor, enquanto na aquisição é comum as empresas serem de setores diferentes.

FILIAL, SUCURSAL, AGÊNCIA OU ESTABELECIMENTO NO BRASIL DE SOCIEDADE MERCANTIL ESTRANGEIRA

De acordo com a Instrução Normativa nº 81/1999 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) (BRASIL, 1999), , a sociedade mercantil estrangeira que desejar

Revista Ius Gentium - jan./jun 2014

estabelecer filial, sucursal, agência ou estabelecimento no Brasil, deverá solicitar autorização do Governo Federal para sua instalação e funcionamento. Essa autorização poderá ser obtida por meio de um requerimento dirigido ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e protocolado junto ao Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).

O requerimento deverá ser acompanhado de uma série de documentos constitutivos da sociedade, tais como o contrato ou estatuto social, o ato que deliberou a instalação da filial, sucursal, agência ou estabelecimento no país (onde deverão constar as atividades que a sociedade pretenda exercer e o destaque do capital, em moeda brasileira, destinado às operações no país), a lista de acionistas ou sócios, com a participação de cada um, balanços e a nomeação do representante no Brasil.

A sociedade mercantil estrangeira autorizada a funcionar é obrigada a ter, permanentemente, um representante no Brasil, com plenos poderes para tratar de quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação pela sociedade.

A sociedade mercantil estrangeira ficará sujeita às leis e aos tribunais brasileiros quanto aos atos ou operações que praticar no Brasil e deverá pleitear autorização do Governo Federal para alterações contratuais ou estatutárias.

ABERTURA DE NOVA EMPRESA

O direito brasileiro permite a criação de sociedades que possuam ou não personalidade jurídica. Dentre os entes despersonalizados, destacam-se os consórcios, muito utilizados em processos de licitação para contratações com o governo. Quanto aos entes personalizados, existem diversos tipos societários, cada qual com diferentes regras quanto ao seu funcionamento.

CONSÓRCIOS

O consórcio é uma “integração horizontal entre empresas, a estabelecer uma relação de coordenação de interesses autônomos, visando a um fim específico e comum”. (MOREIRA, 2005, p. 2). O objetivo da constituição de consórcios para participação em licitações é habilitar as consorciadas, com a soma de seus recursos e aptidões. Nesse caso, deve ser observado o disposto no parágrafo primeiro do art. 33 da Lei 8.666/1993 (BRASIL, 1993), o qual determina que no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

TIPOS SOCIETÁRIOS

As sociedades são constituídas por meio de contrato ou estatuto, dependendo do tipo societário escolhido. A legislação brasileira prevê a existência dos seguintes tipos societários: sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade limitada, sociedade anônima e sociedade em comandita por ações.

Na hipótese de ser investidor único, há ainda a possibilidade de se constituir uma EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), espécie empresarial recente no Brasil, que protege o patrimônio pessoal do empresário individual.

CONCLUSÃO

O Brasil tem ocupado espaço central nas rotas de investimento globais, a despeito de suas disposições acerca dos investimentos estrangeiros serem esparsas e antigas. A lei que regulamenta o tema tem mais de 50 anos e inexistem dispositivos internacionais que tenham sido ratificados pelo país. Não obstante, diversas instruções normativas de órgãos

competentes trazem regras para operacionalizar o ingresso, a aplicação e o eventual repatriamento destes recursos.

Ademais, ainda que o estatuto do estrangeiro seja antigo, cada vez mais o Ministério do Trabalho e do Emprego e o Ministério das Relações Exteriores tem se preocupado em criar e atualizar resoluções normativas como o objetivo de aprimorar os procedimentos de obtenção de visto para que estrangeiros desempenhem atividades empresariais e laborais no país.

O empreendedor que pretende realizar negócios no Brasil deve considerar que as dificuldades iniciais poderão ser compensadas pelo retorno futuro do investimento, já que o país é um grande mercado aquecido, repleto de oportunidades atrativas de negócios. Além disso, superadas as barreiras de ingresso, a empresa estrangeira deverá observar as regras concernentes à sua atividade produtiva, às leis trabalhistas e às de consumo, da mesma forma que o empresário nacional.

A importância das instituições jurídicas no exercício das atividades empresariais é inegável. Uma adequada mensuração dos riscos e custos do empreendimento só poderá ser auferida se considerados previamente os aspectos regulatórios e burocráticos imprescindíveis para a viabilização da atividade. É essencial, portanto, que um investidor estrangeiro busque obter um nível adequado de informações e assessorar-se juridicamente antes de iniciar seu empreendimento no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Artigo 172 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 04 jun. 2014.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **LEI Nº 4.131, DE 3 DE SETEMBRO DE 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes.action?id=113998&tipodocumento=lei&tipotexto=pub>> Acesso em 04 jun. 2014

_____. **LEI Nº 5.709, DE 7 DE OUTUBRO DE 1971. Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras Providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5709.htm>. Acesso em 04 jun. 2014

_____. **LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm> Acesso em 04 jun. 2014.

_____. **LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm> Acesso em 04 jun. 2014.

_____. **LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986. Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7565.htm>. Acesso em 04 jun. 2014.

_____. **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666compilado.htm> Acesso em 04 jun. 2014.

_____. **Instrução Normativa SFR nº 81, de 30 de junho de 1999.**

Dispõe sobre a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável aos fatos geradores ocorridos de 1º de maio até 31 de dezembro de 1999.

Disponível em: <

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1999/ino8199.htm>> Acesso em 04 jun. 2014.

_____. **DECRETO Nº 6.418, DE 31 DE MARÇO DE 2008. Promulga o Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul, aprovado pela Decisão CMC 32/04, emanada da XXVII Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6418.htm> Acesso em 04 jun. 2014.

_____. **DECRETO Nº 6.975, DE 7 DE OUTUBRO DE 2009. Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.** 2009a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm> Acesso em 04 jun. 2014.

_____. **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº. 84, DE 10 FEVEREIRO DE 2009**

. Disciplina a concessão de autorização para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro - pessoa física. 2009b. Disponível em: <

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEDFD8BCC6002/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20N%C2%B0%2084,%2010%2002%202009.pdf>> Acesso em 04 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio e Serviços. Departamento Nacional de Registro do Comércio. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 111, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2010**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 fev. 2010. Disponível em:
<http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/legislacao/2010/fevereiro/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude-n-28-10.02.2010/legislacaofederal/u_in-mdic-dnrc-111_010210.pdf> Acesso em 05 jun. 2014.

_____. **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 95, DE 10 DE AGOSTO DE 2011. Altera dispositivos das Resoluções Normativas nº 45, de 14 de março de 2000, e nº 62, de 8 de dezembro de 2004.** Disponível em:
<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D31D975920131E3C11D4406E8/rn_20110810_95.pdf> Acesso em 04 jun. 2014.

_____. **LEI Nº 12.598, DE 21 DE MARÇO DE 2012. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.** Disponível em:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes.action?id=113998&tipodocumento=lei&tipotexto=pub>> Acesso em 04 jun. 2014.
CAMARGOS, M. A. de, BARBOSA, F. V. **Da Fusão Antártica/Brahma à Fusão Com a Interbrew: Uma Análise da Trajetória Econômico-Financeira e Estratégica da AMBEV.** Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 47-63, julho/setembro 2005.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **O investimento estrangeiro direto na América Latina e Caribe 2011.** CEPAL, 2012. Disponível em:
<<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/1/46571/P46571.xml&xsl=/ddpe/tpl-p/pgf.xsl&base=/tpl-p/top-bottom.xsl>>. Acesso em 04 jun. 2012.

COSTA, J. A. F. **Direito Internacional do Investimento Estrangeiro.** Curitiba: Juruá, 2010.

FONSECA, K. C. **Investimentos Estrangeiros – Regulamentação Internacional e Acordos Bilaterais.** Curitiba: Juruá, 2008.

IBRI (Instituto Brasileiro de Relação com Investidores) e DELOITTE. **Brasil, bola da vez. Negócios e Investimentos a caminho dos megaeventos esportivos.** Disponível em: <http://www.sebrae2014.com.br/Sebrae/Sebrae%202014/Estudos%20e%20Pesquisas/Pesquisa_BrasilBola_da_vez_Deloitte_IBRI.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2012.

MOREIRA, E. B.. **Os consórcios empresariais e as licitações públicas (considerações em torno do art. 33 da Lei 8.666/93).** Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, nº 3, ago-set-out, 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-3-AGOSTO-2005-EGON%20BOCKMANN.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2012

SANTOS, M. S. Investimento Estrangeiro e Desenvolvimento Econômico: Breve Análise dos Efeitos Benéficos e Nocivos Do Capital Estrangeiro. **Revista do Mestrado em Direito – UCB,** Brasília, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/viewFile/2608/1598>>. Acesso em 22 jul. 2012.

SILVEIRA, E. T. **A disciplina jurídica do investimento estrangeiro no Brasil e No Direito Internacional.** 1 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

THE WORLD BANK. **Doing Business - Doing Business In a more transparent world.** THE WORLD BANK, 2012. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/~media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB12-FullReport.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World Investment Report – 2011. Non equity modes of International Production and Development. New York and Geneve: UNCTAD, 2011.** Disponível em: <<http://www.unctad-docs.org/files/UNCTAD-WIR2011-Full-en.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2014.

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World Investment Report – 2012. Towards a new generation of investment policies. New York and Geneve: UNCTAD, 2012.** Disponível em: <<http://www.unctad-docs.org/files/UNCTAD-WIR2012-Full-en.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2014.